

SESSÃO ORDINÁRIA N.º 775/2016

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, reuniu-se ordinariamente na sala de sessões da câmara municipal de vereadores, o Poder Legislativo Franciscano, às dezenove horas, sob a presidência do vereador Milton Inácio da Silva, sendo secretariado pelo vereador Carlos Fantinel. Constando a presença de todos os vereadores e, portanto, havendo número regimental, o Senhor Presidente invoca a proteção Divina para esta Casa, declara aberta a sessão e coloca em discussão a ata da sessão anterior. Nada havendo a ressaltar o Senhor Presidente coloca a mesma em votação que foi aprovada por unanimidade. Neste momento o Senhor Presidente diz que temos na pauta do dia 03 Projetos de Lei e 01 Pedido de Informação. Continuando com os trabalhos o Sem Logo o Senhor Presidente pede ao secretário que faça a leitura da mensagem nº 04/2016 e Projeto de Lei nº 05/2016 que autoriza o município a contratar 07 professores e 06 serviços gerais. Feita a leitura e nada havendo a ressaltar, o mesmo é colocado em votação que é aprovado por unanimidade. Logo após o Senhor Presidente pede ao secretário que faça a leitura da mensagem nº 05/2016 e Projeto de Lei nº 06/2016 que autoriza o município a firmar convênio com o Grupo de Cultura Afro-brasileira Linguerre. Feita a leitura e nada havendo a discutir o mesmo é colocado em votação que é aprovado por unanimidade. Em seguida o senhor Presidente pede ao secretário que faça a leitura da mensagem nº. 06/2016 e do Projeto de lei nº. 07/2016 que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Circulo de Pais e Mestres da escola MIB. Feita a leitura e nada havendo a acrescentar o mesmo é colocado em votação que é aprovado por unanimidade. A seguir o Senhor Presidente pede ao secretário que faça a leitura do Pedido de Informação nº. 01/2016. Feita a leitura o Senhor Presidente diz que o mesmo será encaminhado ao Prefeito Municipal. Esgotada a pauta do dia passamos às explicações pessoais. Fazendo uso da palavra a vereadora Carine cumprimenta todos os presentes e parabeniza todos os munícipes que estão participando desta sessão. Pede aos colegas qual a verdadeira função de um vereador, se é legislar e fiscalizar ou dançar conforme a música imposta pelo prefeito? Nós não podemos falar das coisas erradas que acontecem lá em Brasília se aqui não fazemos diferente. Nós não estamos levando em consideração a legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência no momento que se aprova um projeto como este. Na educação não se gasta, se investe. A qualidade do ensino é o que se paga ao professor. O estado prioriza a suplementação. O professor deve ser tratado como profissional que é. Nós não somos contra o emprego de ninguém, estamos querendo que se cumpra a legislação. Este projeto se tornou polêmico pela falta de interesse do poder executivo. Será que as leis não valem para o nosso município. Por que fazer plano de carreira de professores se não se cumpre o que determina a Lei. Quero saís daqui de cabeça erguida de ter feito o trabalho que o cargo exige. Dizem na rua que nossa bancada é contra a educação, nós somos contra as coisas erradas que se fazem por aí, desrespeitando as Lei, o que dá o direito dos professores ingressarem na justiça para buscar seus direitos. Correr atrás dos direitos é uma garantia da Constituição Federal. Conforme diz um famoso pensador. "Se você acha que a educação é cara, experimente a ignorância". Fazendo uso da palavra o vereador Gilberto Prochnow cumprimenta todos os presentes, saúda os munícipes presentes e diz que sobre o Projeto que nos manifestamos contra, nós entendemos que a prioridade de mais 20 horas é de quem está na ativa, com isso estamos respeitando as normas do município. Também gostaria de fazer um pedido verbal para que vejam a estrada que sobe até a Linha Formosa que se encontra em péssimas condições. Que o executivo mande dar uma patrolada para amenizar o problema até que possa ser empedrada novamente. Fazendo uso da palavra o vereador Carlos cumprimenta todos os presentes e diz que em primeiro lugar eu gostaria de saber onde nós estamos descumprindo as Lei ao aprovar a contratação de professores? Eu vou tentar ser bem claro. Nós aprovamos uma lei dando a possibilidade do Prefeito contratar professores e serviços gerais "em regime de emergência". O que é emergência? Emergência é o período que um profissional está de atestado ou algum tipo de licença. A pessoa contratada vai suprir a vaga apenas no período necessário. Assim que o titular voltar o contrato será rescindido. Para chamar alguém que fez concurso e está na lista de espera o prefeito terá que encaminhar um projeto solicitando a abertura de uma vaga o que não é o caso. O que eu também não concordo é o tempo de um ano para contrato de emergência, deveria ser um prazo menor. Os professores que tem esse direito deverão procurar a secretária da educação e requerer estas horas. Se reprovamos o projeto nós estaremos tirando o direito do prefeito de contratar para suprir as necessidade. Se a lei determina que seja desta forma que se cumpra, cada um procure seus direitos. Eu não me vejo, de forma nenhuma, algum erro em aprovar o direito do executivo de contratar. Um contrato emergencial pode ser por apenas 1 mês, depende da necessidade. Como disse a colega, nós

somos legisladores e quem executa é o prefeito. Ele deve saber qual é a melhor forma de economizar e quem tem direito procure falar com a secretária ou com o prefeito e se não se achar satisfeito que procure a justiça. Em administrações passadas aconteciam coisas que eu também não concordava, mas respeitava, pois democracia e isto, temos que respeitar a decisão da maioria. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada esta sessão e eu secretário lavrei a presente ata que após lida e achada conforme será devidamente assinada.

